

RESENHA: REIS FILHO, Nestor G. dos. *As minas de ouro e a formação das Capitâneas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013, 285 p.

Maria Fátima de Melo Toledo ¹

Nestor Goulart Reis Filho é professor aposentado de História da Arquitetura na Universidade de São Paulo. Formado em Arquitetura e Ciências Sociais, na mesma universidade, entre as décadas de 1950-60, sempre atuou no campo da Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio, buscando dar sustentação teórica a esses temas. Encontrou na história do Brasil os fundamentos necessários para o estudo da arquitetura, da evolução urbana e do patrimônio sob uma nova perspectiva, de longa duração, estabelecendo uma continuidade entre o passado colonial do país e a arquitetura moderna. Entre suas publicações em âmbito nacional destacam-se o primoroso *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* (EDUSP/Imprensa Oficial, 2000), *Evolução Urbana do Brasil 1500-1720* (Editora Pini, 2001) e *São Paulo: Vila, Cidade, Metrôpole* (Via das Artes, 2004), todas com a preocupação de reconstruir a forma das cidades e vilas do Brasil nos séculos passados de modo a fundamentar questões contemporâneas relacionadas ao patrimônio cultural.

É este também o objetivo de seu mais novo livro, *As minas de ouro e a formação das Capitâneas do Sul*, no qual predomina mais uma vez a questão patrimonial, porém esta é analisada à luz de novas metodologias e conceitos, como o de *paisagem cultural*, que sustenta todo o trabalho do autor. Tal conceito, que ganhou força e destaque nas últimas décadas nas discussões sobre preservação patrimonial, busca pôr fim à dicotomia estabelecida nos estudos sobre o tema, entre patrimônio cultural e patrimônio natural, que se apresentam como categorias isoladas, sem relação alguma entre elas (RIBEIRO, 2007).

A partir de uma nova perspectiva, busca-se levar em conta a ação da cultura na patrimonialização da natureza, tornando, assim, as duas categorias indissociáveis, conforme sugere a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, instrumento estabelecido pelo Iphan para o reconhecimento do valor cultural de um determinado território, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente (IPHAN, 2009). Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da sua identidade cultural. Como exemplos, o Iphan cita as regiões de imigração do Sul do Brasil e o Vale do Ribeira, ou o conjunto de cidades do litoral do estado de São Paulo que margeiam o rio Ribeira de Iguape, locais em que a cultura desenvolvida concede identidade e coesão às populações locais (IPHAN, 2009).

¹ Professora do Depto. de História da Unitau

A valorização da natureza e da ocupação de um determinado território como patrimônio cultural envolve, portanto, outro saberes, sendo o conhecimento histórico fundamental neste processo. Dentro desse quadro de ideias, o novo livro de Goulart busca apresentar o processo histórico de um dado trecho do território nacional onde, segundo a análise do autor, caberia a chancela de paisagem cultural brasileira, espécie de “selo de qualidade”, na definição do Iphan (IPHAN, 2009). Tal território são as capitanias do sul do Brasil colonial, denominadas Repartição do Sul, criada em 1608 pela divisão do Governo Geral do Brasil, com sede em Salvador, em duas partes. Tal fato se deve às notícias da presença de minas de ouro e ferro na região, o que a tornou importante aos olhos da coroa portuguesa, e à melhoria no sistema de defesa da colônia.

A Repartição do Sul abarcava as capitanias de São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro, sendo essa última o local da sede de governo. Extinta poucos anos depois, por se mostrar improdutiva, a região passou a ser administrada por décadas pela família Correa de Sá, que continuou a busca por metais preciosos. O estudo de Goulart se debruça sobre essa área, especificamente sobre os atuais estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, onde desde o final do século XVI, praticavam-se atividades mineradoras. Uma ampla região, portanto, que incorpora as cidades de São Paulo, Curitiba, Iguape, Cananéia, entre outras localidades, que, na ótica do autor, organiza-se em torno da mineração, atividade econômica que dá unidade à região e lhe confere uma identidade cultural.

Estruturado em um modelo que remete a trabalhos da área de Ciências Exatas, o livro apresenta, no primeiro capítulo e de forma bastante didática, seus objetivos, hipóteses de trabalho e questões metodológicas. O autor parte de três hipóteses, todas relacionadas ao contexto histórico do século XVII. A primeira é que teriam existido no Brasil não um, mas dois “ciclos” de mineração, sendo o primeiro na Repartição do Sul, entre 1593 e 1697. O segundo ciclo, o das Minas Gerais, seria um desdobramento do primeiro, no qual ocorre o apogeu e fim do mesmo. Minas Gerais e São Paulo seriam, assim, as duas faces de um mesmo processo. Este hipótese se colocou ao autor a partir da identificação de cerca de 170 pontos de lavras distribuídos pela região e, para fundamentá-la, Goulart se baseia no engenheiro metalúrgico alemão Eschwege que afirmava, no século XIX, que a produção aurífera da repartição do sul teria sido “maior que a de Cuiabá”.

Como segunda hipótese e forma de justificar a especificidade cultural da região, Goulart destaca as características da organização do trabalho nas minas da Repartição do Sul, baseada na mão de obra indígena, diferenciando-a assim da que seria utilizada nas Minas Gerais, e de outras regiões da colônia, como o Nordeste açucareiro, em que a mão de obra escrava africana predominou. Segundo o autor, no sul, “as tribos aliadas e os índios administrados eram uma espécie de parceiros menores no processo” (p. 31). Finalmente, o que o autor apresenta como terceira hipótese para reforçar o caráter específico da região é a revisão bibliográfica que seu estudo propõe ao dar unidade para uma região que, segundo Goulart, sempre foi abordada de forma fragmentada e regionalizada.

Nos capítulos seguintes, o autor discorre sobre as especificidades da organização econômica e social da Repartição do Sul, apresenta os antigos locais de mineração dessa região, trata da questão da urbanização e dos caminhos antigos e, por fim, dos critérios de preservação de tão ampla área, material ricamente ilustrado com belos mapas coloniais e novos, fotos antigas e tabelas com informações cartográficas. Do ponto de vista dos estudos históricos, porém, *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul* suscita alguns problemas. Encontrar ouro e prata no período colonial, quando as monarquias européias se pautavam pelos princípios mercantilistas, em que a riqueza era expressa pelas reservas de metal amoldável do Estado, era o objetivo máximo da colonização europeia, um ideal a ser perseguido, um objetivo comum aos homens das diversas capitânicas da colônia, que só verão este objetivo alcançado no final do século XVII, com a descoberta do ouro das Minas Gerais. Assim, não há nada de específico na procura por metais preciosos na Repartição do Sul, outras regiões se envolveram com atividades mineratórias, como a Bahia, cujos sertões, desde os primórdios da colonização, foram devassados por expedições de colonos e índios em busca da prata que os nativos afirmavam existir nas terras interiores.

Da mesma forma, é problemático afirmar que existe uma continuidade entre o modesto ciclo de ouro na Repartição do Sul – que fez com que a coroa portuguesa, em 1615, retirasse seus mineradores do Brasil e os enviasse à África, desistindo da procura de ouro no Brasil – e a sociedade que surge nas Minas Gerais em torno da atividade mineratória. Como se sabe, ali a mineração resultou numa forma específica de colonização que a diferenciava do resto do Brasil, baseada numa sociedade urbana em grau até então não visto na colônia, em que a presença de homens livres era maior que a de escravos, entre outras características. O volume de ouro arrecadado em cerca de meio século foi a solução para o contexto de crise que o estado português viveu depois de décadas de guerras na Europa e no Brasil e de crise na economia açucareira. Um último problema que se coloca diz respeito à crítica que o autor faz à historiografia sobre temas como a mineração nas capitânicas do sul e a relação entre índios e brancos na colônia. O autor analisa antigos clássicos e alguns trabalhos mais recentes sobre o Brasil colonial, porém, deixa de fora importantes trabalhos produzidos na última década sobre a economia de São Paulo colonial ou da capitania do Rio de Janeiro no mesmo período. Tivesse incluído-os, conheceria um cenário diverso do ponto de vista econômico e social e veria que a ideia de um amplo território cuja unidade cultural se deve à atividade mineratória colonial não se sustenta.

Embora o autor afirme que não se trata de buscar uma revalorização do território analisado, mas contribuir para o estudo da sua formação e para a história da formação urbana de regiões interiores de todo o Brasil, o livro não escapa a essa crítica. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*, de qualquer maneira, é um estudo importante, pois, mais que responder questões, gera novas a partir da descrição dos locais, números e mapas apresentados no livro, sugerindo ao historiador novas possibilidades de pesquisa, tanto no campo econômico, como no da vida cotidiana e da cultura material.



IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Paisagem cultural*, 2009.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.